



MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO EM PARCERIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: O CASO DA FLONA DO TAPAJÓS¹

**Ana Luiza Violato Espada²
Mário Vasconcellos Sobrinho³
Gilberto de Miranda Rocha⁴
Ana Maria de Albuquerque Vasconcellos⁵**

Resumo

O artigo discute o manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira, em especial como a parceria enquanto teoria e prática contribui para sua implementação e, conseqüentemente, para a governança ambiental e desenvolvimento local. Parte-se do entendimento de que a parceria é uma importante dimensão da governança ambiental e, assim, contribui para a gestão de atividades produtivas sustentáveis em florestas públicas como o manejo florestal comunitário. Tomou-se como referência no estudo o caso da Floresta Nacional do Tapajós, localizada no oeste do Estado do Pará e a cooperativa comunitária que realiza o manejo florestal nessa floresta.

Recebimento: 23-12/2016 • Aceite: 1/8/2017

¹ Versão preliminar desse artigo foi apresentada no Encontro Nacional da ANPPAS 2015.

² Doutoranda em Forest Resources and Conservation (University of Florida) Florida, Estados Unidos). Coordenadora de projetos do Instituto Floresta Tropical, IFT, Brasil. E-mail: analu.espada@gmail.com

³ Doutor em Estudos do Desenvolvimento pela University of Wales Swansea, Grã-Bretanha.

Economista da Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil. E-mail: mariovasc@ufpa.br

⁴ Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil. E-mail: gilrocha@ufpa.br

⁵ Doutora em Development Studies pela University of Wales Swansea, Grã-Bretanha. Universidade da Amazônia, Belém, PA, Brasil. E-mail: anamaria.vasconcellos@unama.br

Os resultados da pesquisa revelam que o manejo florestal comunitário na Floresta Nacional do Tapajós iniciou e se desenvolveu a partir de uma rede de atores sociais advindos do governo, sociedade civil organizada e comunidades locais que conformam parcerias. Essas contribuem na formação de uma gestão coletiva dos recursos florestais, que tem se mostrado eficiente e qualificada, ao permitir a geração de trabalho, renda e o aperfeiçoamento técnico e profissionalizante dos moradores da floresta. Observa-se que o modelo de gestão do manejo florestal na Floresta Nacional do Tapajós é referência nacional e internacional, sendo fruto da atuação de uma rede de parceiros que promovem, cada um com sua expertise, as bases para o desenvolvimento local e sustentável do oeste do Pará, Amazônia.

Palavras-chave: Manejo Florestal. Parceria. Governança Ambiental.

COMMUNITY FOREST MANAGEMENT FROM PARTNERSHIP IN BRAZILIAN AMAZONIA: THE CASE OF FLONA DO TAPAJÓS

Abstract

The paper discusses community forest management in the Brazilian Amazonia, particularly how partnership as theory and practice contributes to its implementation and consequently for environmental governance and local development. In this paper, partnership is taken as an important dimension of environmental governance that contributes to management of sustainable productive activities in public forests such as community forest management. The research takes as case study the Tapajós National Forest located in western Pará state and also the community cooperative that carries out forest management in this forest. The research reveals that community forest management in the Tapajós National Forest started and developed from stakeholders' networks that involve government, civil society and local communities that resulted on partnerships. These partnerships contribute to formation of forest resources collective management that in its turn has been considered an efficient and qualified process to creation of jobs and income. It also allows technical and professional

training to forest dwellers. The research shows that the management pattern of the Tapajós National Forest has been considered national and internationally as a reference in forest management. It emerged as an outcome of the stakeholder networks performance in which each partner uses its own expertise to promote sustainable local development in west Pará, Amazônia.

Keywords: Forest Management. Partnership. Environmental Governance

Introdução

O manejo florestal é uma estratégia de conservação da natureza (ZARIN, 2005) que se apresenta como alternativa ao uso predatório dos recursos naturais (KELLER *et al.*, 2005; VERÍSSIMO; BARRETO, 2005) e como uma ferramenta para a conservação ambiental, proteção da sociobiodiversidade, geração de trabalho e renda (JONG *et al.*, 2008; SCHULZE *et al.*, 2008) e à mitigação de fatores causadores de mudanças climáticas como emissão de gás carbônico pelo desmatamento (KELLER *et al.*, 2005).

Em florestas públicas brasileiras, regidas pela Lei de Gestão de Florestas Públicas (BRASIL, 2006), os produtos florestais, tais como madeira, óleos vegetais, sementes e cipós, são bens comuns a grande parte da sociedade brasileira. Para o uso comercial desses produtos, há necessidade de utilização de modelos de gestão de florestas públicas, como a concessão florestal onerosa e a destinação não onerosa às comunidades locais (BALIEIRO *et al.*, 2010). A atividade de manejo florestal atribui às comunidades o direito de uso dos produtos da sociobiodiversidade (BRASIL, 2009) como meio de reprodução social e econômica.

Em florestas públicas destinadas para uso coletivo (ou comum), como as Unidades de Conservação de Uso Sustentável e os assentamentos ambientalmente diferenciados, o governo brasileiro busca promover o manejo florestal comunitário como alternativa de uso racional dos recursos florestais alinhado à conservação ambiental e geração de renda (BRASIL, 2009).

Ainda que o manejo florestal comunitário esteja sendo considerado uma opção promissora para geração de trabalho, renda e desenvolvimento local aliado ao uso sustentável dos recursos florestais (BRASIL, 2009; JONG *et al.*, 2008; SCHMINK, 2005), ele ainda enfrenta uma série de adversidades para se consolidar como uma atividade econômica sustentável na Amazônia brasileira. Dentre essas, estão as questões de regularização fundiária e o investimento em iniciativas econômicas comunitárias (AMARAL NETO *et al.*, 2011). Há, também, aspectos mais específicos, como o baixo entendimento de que o manejo florestal é um negócio e que deve ser trabalhado na perspectiva de um empreendimento, ou seja, bem gerenciado para seu autocrescimento e estabilidade (MEDINA; POKORNY, 2014).

A ausência de uma perspectiva do manejo florestal comunitário como um negócio e, até mesmo, como um indutor de outros negócios sustentáveis (LENTINI *et al.*, 2012) permite, dentre outros fatores, que

essa atividade não ganhe espaço nas políticas públicas estruturantes. Com efeito, o manejo florestal comunitário ainda carece de investimentos na área de infraestrutura no meio rural, educação profissionalizante apropriada para a realidade do campo e acesso à assistência técnica florestal de qualidade e continuada (AMARAL NETO *et al.*, 2008; ESPADA *et al.*, 2013; LENTINI *et al.*, 2012).

Parte do insucesso de iniciativas de manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira pode ser atribuída aos modelos que possuem rentabilidade financeira limitada, exigem altos investimentos em sua implementação e tendem a demandar subsídios constantes (MEDINA; POKORNY, 2011). Contudo, tem sido pouco consideradas as inovações em andamento para alavancar o manejo florestal comunitário, como a formação de redes de parcerias e seus respectivos projetos de incentivo à atividade que contam com a contribuição técnica e financeira de cada parceiro.

De fato, parcerias desenvolvidas entre atores sociais envolvidos em programas e projetos de cunho de desenvolvimento local na Amazônia têm servido de importante dimensão de governança ambiental (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008). No caso de gestão do manejo de florestas públicas, é importante analisar quais as contribuições das parcerias resultam em avanços mais concretos, como fortalecimento social e capacitação técnica para que o manejo florestal comunitário se firme como uma atividade sustentável que contribui para a governança ambiental e desenvolvimento local.

A literatura sobre manejo florestal comunitário apresenta lacunas no conhecimento sobre processos de governança ambiental para o estabelecimento dessa atividade. Dessa forma, busca-se suprir uma dessas lacunas ao refletir sobre as bases do conhecimento para promoção do manejo florestal comunitário em florestas públicas da Amazônia brasileira.

Diante do exposto, o artigo tem como objetivo analisar como a parceria contribui para a gestão do manejo florestal comunitário e, conseqüentemente, para a governança ambiental e desenvolvimento local na Amazônia brasileira. No contexto desse objetivo, destaca-se o manejo comunitário de florestas públicas como de grande relevância para o desenvolvimento local, uma vez que a gestão do manejo envolve atores sociais formados por diferentes segmentos da sociedade. Esses são oriundos de instituições governamentais, não governamentais e setor privado que interagem em um espaço em constantes mudanças, em que representantes do governo local, da sociedade civil organizada e produtores florestais, como cooperados, moradores da Flona, se encontram e formam uma teia de conexões. Como diz Teodósio (2008),

a parceria representa as oportunidades que os atores sociais figurados pelos diversos setores do Estado, mercado e OSC têm de exercitarem os canais democráticos para o desenvolvimento local. Nessa direção, questiona-se: até que ponto as ações empreendidas por diferentes atores sociais resultam em parcerias e possibilidades para uma governança ambiental de florestas públicas?

Para fundamentar a pesquisa, analisou-se a Cooperativa Mista da Flona do Tapajós, localizada na Floresta Nacional (Flona) do Tapajós. Essa floresta é uma Unidade de Conservação (UC) Federal da Amazônia que conta com uma rede de parceiros que apoia e promove o manejo florestal realizado por comunidades locais.

Manejo florestal como alternativa para geração de renda e conservação ambiental

Na Amazônia brasileira, diferentes grupos sociais, como remanescentes de quilombo, extrativistas, ribeirinhos e produtores agrícolas familiares, dependem dos recursos naturais para geração de trabalho e renda, garantindo, também, sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral, econômica e histórica (BRASIL, 2007, Art. 3º par. 6.).

A criação de áreas protegidas, como as Unidades de Conservação da Natureza, territórios indígenas e quilombolas, “contribui para assegurar o direito de permanência e a cultura de populações tradicionais e povos indígenas previamente existentes” (VERÍSSIMO *et al.*, 2011, p. 9). Além disso, as áreas protegidas são ferramentas para a conservação da biodiversidade (DUDLEY, 2008; VERÍSSIMO *et al.*, 2011) e para resguardar a integridade dos ecossistemas e dos serviços ambientais associados, como proteção dos solos e mananciais de água.

Áreas protegidas são espaços territoriais com restrição do uso humano, em diferentes níveis e propósitos (MILANO, 2012). No Brasil, as áreas protegidas destinadas como Unidades de Conservação da Natureza são regidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, que define categorias de manejo dessas áreas (BRASIL, 2000). Nas Unidades de Uso Sustentável há uma série de usos permitidos relacionados à segurança alimentar e geração de renda financeira. Dentre tais usos, tem-se a extração de produtos da floresta, por meio do manejo florestal familiar ou comunitário.

O manejo florestal é uma estratégia de conservação da natureza (ZARIN, 2005) e, no Brasil, é requisito obrigatório para a extração de

madeira em florestas naturais públicas e privadas da Amazônia (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 2009). O manejo florestal pode ser realizado de forma empresarial, por grupos econômicos interessados; sobretudo, na rentabilidade financeira da atividade ou por moradores de comunidades locais (AMARAL NETO *et al.*, 2008), “motivados pelo debate sobre a participação das populações tradicionais, ou pequenos proprietários, no manejo sustentável de florestas” (AMARAL NETO *et al.*, 2008, p. 231) públicas, como as Unidades de Conservação e assentamentos ambientalmente diferenciados, e privadas.

Segundo Jong *et al.* (2008), a política florestal promovida na maioria dos países latino-americanos adota o conceito de manejo florestal sustentável como forma de uso da floresta e, parte desse conceito, apresenta o manejo florestal comunitário como estratégia participativa e equitativa do manejo florestal sustentável.

A extração de produtos madeireiros e não madeireiros por comunidades locais que dependem das florestas para satisfazer suas necessidades básicas, como alimentação e construção de moradias, é realizada há décadas. Entretanto, o termo manejo florestal comunitário se difundiu a partir da década de 1970, quando agências de desenvolvimento buscaram promover a atividade para melhoria da qualidade de vida das comunidades locais (JONG *et al.*, 2008). Atualmente, entende-se que o manejo florestal realizado por comunidades locais é uma das opções que conciliam a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento econômico (JONG *et al.*, 2008).

O manejo florestal comunitário pode ser entendido como o uso e aproveitamento do recurso florestal por grupo organizado coletivamente que possui direitos sobre os recursos naturais (BRASIL, 2007) e assume compromissos de longo prazo com a floresta (De CAMINO, 2002).

O manejo florestal comunitário ganhou bastante visibilidade nas últimas décadas (AMARAL NETO *et al.*, 2008; JONG *et al.*, 2008) devido a sua importância para a conservação dos recursos naturais aliada à geração de riquezas econômicas e benefícios sociais. Embora alguns autores (FANTINI; CRISÓSTOMO, 2009; MEDINA; POKORNY, 2014) apontem fragilidades dos processos que envolvem o manejo florestal, principalmente com vistas à produção madeireira, o manejo florestal comunitário é considerado opção promissora de geração de trabalho, renda e desenvolvimento local aliado ao uso sustentável dos recursos florestais (BRASIL, 2009; SCHMINK, 2005).

No Brasil, as primeiras tentativas de normatização desse tipo de manejo florestal iniciaram na década de 1990 (AMARAL NETO *et*

al., 2011; PINTO *et al.*, 2011). No entanto, o marco legal que reconhece o manejo florestal realizado por populações tradicionais e comunidades locais e direciona programas e políticas públicas para o fomento dessa atividade foi constituído apenas em 2009, com o Decreto nº 6.874, de 05 de junho de 2009 (BRASIL, 2009) que integra ações dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por entender a dimensão do uso integrado dos recursos naturais (floresta e agricultura).

Em florestas públicas destinadas na forma de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional, mecanismos mais recentes regulam processos de licenciamento do manejo florestal para que as populações beneficiárias dessas áreas possam realizá-lo (ICMBio, 2011).

Entretanto, por mais que na última década a legislação para o manejo florestal comunitário tenha avançado, persistem entraves que têm tornado remotas as possibilidades de implementação da atividade com vistas ao desenvolvimento sustentável. Destaque-se a falta de assistência técnica e de extensão florestal, as dificuldades de acesso a linhas de crédito, a dificuldade de acesso às tecnologias de beneficiamento de produtos florestais, a falta de regulamentações condizentes com a escala de produção, a escassez de alternativas de escoamento dos produtos florestais, o apoio insuficiente de órgãos governamentais nas áreas rurais mais distantes, além das deficiências educacionais no meio rural (AMARAL NETO, *et al.*, 2008; JONG *et al.*, 2008).

Medina (2012), por exemplo, aponta que as comunidades estudadas na fronteira amazônica desenvolveram sistemas de governança local na tentativa de restringir e regular o acesso por agentes externos aos recursos localmente valiosos, como a madeira. Em outro trabalho, o autor comenta que comunidades são fortemente influenciadas por atores externos em suas decisões sobre uso dos recursos florestais (MEDINA; POKORNY, 2007).

Em arranjos técnicos, operacionais e comerciais para o manejo florestal, Medina e Pokorny (2011) avaliam que as iniciativas de manejo florestal comunitário fomentadas pelo ProManejo (Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia, criado no âmbito do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais para experimento e demonstração) tiveram rentabilidade financeira limitada e exigiram altos investimentos em sua implementação, tendendo a demandar subsídios constantes. Todavia, Espada (2013) aponta que o manejo florestal madeireiro de grande escala (1000

hectares explorados anualmente) é possível de ser realizado por comunidades locais e gerar benefícios sociais e econômicos para mais de 5000 famílias. Entretanto, isso acontece quando há uma rede de parceiros externos que fortalece a iniciativa e promove ações de apoio técnico e institucional.

Amaral Neto *et al.* (2008) apontam que para compreender e caracterizar o manejo florestal comunitário é preciso conhecer a diversidade de atores envolvidos com a atividade, como as agências financiadoras, as organizações governamentais e não governamentais, as associações comunitárias, as organizações de classe, os grupos econômicos empresariais e as empresas de assistência técnica rural.

Para Souza e Vasconcellos (2012), a capacidade de articulação político-institucional de diferentes atores do território promove o avanço nas ações de gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local e a ausência dessas relações pode inferir em estagnação ou até mesmo retrocesso do desenvolvimento local. Nesse sentido, por meio de ações coletivas, com a participação mais ampla de atores locais, os esforços e investimentos são canalizados para influenciar na melhoria da eficiência e efetividade das políticas, projetos e programas voltados para a conservação ambiental aliada à melhoria da qualidade de vida de populações que vivem em ambientes florestais (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008).

Parceria para o manejo florestal comunitário: dimensão da governança ambiental

Um aspecto relevante a ser considerado na discussão da parceria refere-se à existência de atores sociais, oriundos de organizações governamentais e não governamentais, com diferentes motivações e interesses.

Vasconcellos (2008) aponta o caso do Programa Proambiente como uma das experiências bem-sucedidas de articulação de atores sociais e instituições de níveis macro, intermediário e micro em torno de um projeto específico, mas que transcende uma escala territorial de nível local. No exemplo citado, criou-se um espaço de ação pública em escala territorial de âmbito microrregional, em que organizações governamentais e não governamentais pudessem interagir e preencher um vazio intermediário entre o Estado e o município. Vasconcellos (2008) evidenciou a criação de mecanismos de participação em nível microrregional que exigiram o empenho na construção institucional na promoção e definições de ações para o envolvimento e conscientização de comunidade. O espaço de interação criado foi fundamental para

viabilizar a carência de articulações e de canais de participação entre ações setoriais da gestão pública em escala microrregional, com características de um escopo territorial mais amplo. Embora existam experiências de organizações e instituições que incorporam elementos da participação e trabalhem com diferentes setores da sociedade na escala territorial em nível local, a exemplo do Proambiente, ainda precisamos expandir esse modelo.

Nesse sentido, a gestão participativa em áreas protegidas é essencial em unidades de conservação. A gestão participativa é uma ferramenta do regime de administração especial que rege as Unidades de Conservação brasileiras (BRASIL, 2000; KOURY; RIZZO, 2012), para que se cumpram os objetivos de conservação da natureza e que se expressa por meio dos conselhos gestores (KOURY; RIZZO, 2012).

Os conselhos gestores de Unidades de Conservação possibilitam maior participação da sociedade nas decisões governamentais sobre a forma de uso dos recursos naturais coletivos. Com isso, ampliam-se as possibilidades de geração de trabalho e renda para as famílias que vivem nessas áreas a partir do uso racional de tais recursos.

Para Dudley (2008), a efetividade da gestão das áreas protegidas proporciona uma medida real de avanço para se alcançar as metas de conservação da natureza. Todavia, a gestão dessas áreas, principalmente as de uso sustentável, deve estar voltada para questões além da conservação ambiental. O desenvolvimento local e sustentável relaciona-se com a busca pela integridade das funções ambientais dos ecossistemas e também com o bem-estar social, também gerado a partir do uso racional dos recursos naturais.

Dessa forma, a qualidade da gestão também é influenciada pela qualidade da governança, sendo entendida como um processo inclusivo da diversidade social com atuação ampla e participativa de todos envolvidos. O envolvimento de diferentes atores nos processos de discussão e tomada de decisão sobre a gestão de territórios públicos, como as Unidades de Conservação, de forma qualificada e representativa da sociedade civil, pode conduzir os processos de governança a melhores resultados (CATTANI; FERRARINI, 2010; VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008).

Cattani e Ferrarini (2010) comentam que apesar dos avanços alcançados nas proposições e execução de políticas e programas relacionados ao desenvolvimento e promoção da melhoria da qualidade de vida da população, é preciso ampliar e qualificar a participação dos sujeitos em escala territorial. Abramovay (2000) aponta o capital social como um recurso baseado na confiança, mesmo em relações desiguais

de poder, que oferece oportunidades para os envolvidos, que sem esse capital, não conseguiram atingir seus objetivos.

A compreensão da noção de capital social “permite ver que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta” (ABRAMOVAY, 2000, p. 4), a participação ampla, diversificada e qualificada, no sentido de os atores locais compreenderem seu papel no desenvolvimento local, permite as bases para a governança ambiental. Este último é entendido como um conjunto de regras, instituições, processos e comportamentos que conduzem os atores sociais e institucionais do território ao uso racional dos recursos naturais, objetivando um bem maior, nesse caso o desenvolvimento local (CAVALCANTI, 2004; FONSECA; BURSZTYN, 2009; MERTENS *et al.*, 2011).

Assim, a governança ambiental pode ser uma das formas de gestão que contribui para a transformação socioeconômica, política e ambiental do território. Para Tapia (2005), o meio para se alcançar o desenvolvimento local e sustentável está relacionado a questões de governança que, no âmbito da conservação do meio ambiente, faz referência à governança ambiental. Segundo Pandeff e Silva (2009), existe o entendimento de que a governança ambiental é uma forma de gestão de trabalho coletivo que busca a autonomia do ser humano, baseada nas liberdades alcançadas pelo desenvolvimento (SEN, 2010).

Mesmo com as dificuldades postas frente à ação coletiva para o desenvolvimento local pautado no uso racional dos recursos naturais, como a marginalização da discussão ambiental no âmbito das políticas de desenvolvimento econômico adotadas no Brasil (CAVALCANTI, 2004), Cattani e Ferrarini (2010) mostram como a articulação, a participação e o empoderamento dos atores locais, a partir de metodologias participativas podem transformar o território, visando ao desenvolvimento local integrado e sustentável. Os autores argumentam que as transformações locais são possíveis, mesmo que o contexto mundial e hegemônico seja desfavorável, a partir da solidariedade e respeito ao meio ambiente.

Tapia (2005) aponta que o desenvolvimento local é resultado de uma estratégia de pactos territoriais para a elaboração e implementação de programas envolvendo diversos atores locais na tomada de decisão e sua execução. Contudo, baseado nas experiências estudadas na Itália - modelos do Veneto, da Toscana e da Emilia Romagna -, o autor adverte para as relações assimétricas entre os atores, que podem desfavorecer o objetivo central da ação coletiva, ao

prevalecer “decisões estratégicas unilaterais [que] condicionem as escolhas sucessivas dos outros atores” (TAPIA, 2005, p. 137).

Nesse contexto, a parceria pode ser uma estratégia de gestão que balanceia relações de poder entre os atores envolvidos nos processos de governança ambiental, ao contribuir para o empoderamento dos desempoderados (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008) Parte-se do princípio de que nas relações de parcerias, todos têm direito de contribuir na construção da ação coletiva. De fato, Vasconcellos e Vasconcellos (2008) apontam a parceria entre atores sociais e institucionais como ação coletiva essencial para a efetividade de políticas públicas e de servir de modelos de desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, a parceria, como uma dimensão de governança ambiental, contribui no fortalecimento de diferentes atores sociais de um território, os quais assumem o papel de agentes do desenvolvimento local. Embora os atores sociais estejam envolvidos em diferentes contextos culturais e de representação social, a interação resulta na formação e consolidação de redes de relações e capital social, de forma a criar mecanismos de confiança e cooperação para o estabelecimento de atividades sustentáveis geradoras de benefícios socioeconômicos e ambientais, como o manejo florestal comunitário.

Bases metodológicas para compreender a parceria para o manejo florestal comunitário e o caso de estudo selecionado

Para compreender como a parceria, enquanto dimensão da governança ambiental pode contribuir para a promoção de atividades sustentáveis e desenvolvimento local, estudou-se uma iniciativa de manejo florestal comunitário na Amazônia. Trata-se de uma experiência ímpar em que o manejo florestal ocorre a partir de uma rede de atores institucionais atuando cooperativamente. Como diz Yin (2005), o exame de casos singulares é a melhor opção metodológica para análise de fenômenos contemporâneos que confrontam as teorias até então prevalecentes. Como o manejo florestal comunitário e a parceria são fenômenos novos no contexto do desenvolvimento local sustentável na Amazônia brasileira, região até então marcada por conflitos entre atores sociais e desflorestamento, a opção metodológica se auto justifica. De forma específica, analisou-se a Unidade de Conservação de Uso Sustentável Floresta Nacional do Tapajós, localizada no Distrito Florestal da BR-163 (Rodovia Santarém-Cuiabá), região oeste do Estado do Pará.

Como colocado, a Flona do Tapajós foi escolhida como estudo de caso por ser tratar de um território que possui uma experiência de manejo florestal comunitário alicerçada em uma rede de parceiros que apoia na concepção, implantação, consolidação e aprimoramento dos processos relacionados a essa atividade econômica.

Essa Unidade de Conservação da Natureza foi criada em 1974, por via do Decreto nº 73.684, de 19 de fevereiro de 1974 (BRASIL, 1974), com objetivo básico de “uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica” (BRASIL, 2000, Art. 17). A Flona do Tapajós ocupa uma área de 527,3 mil hectares que abrigam expressiva riqueza sociocultural, representada por, aproximadamente, 500 indígenas da Etnia Munduruku e mais de 5000 moradores tradicionais - populações ribeirinhas com hábitos culturais próprios - que vivem em 25 comunidades na região (ANDRADE *et al.*, 2014). Esse conjunto populacional é reconhecido por seus direitos costumeiros e tradicionais de vida (BRASIL, 2007) e a ele é concedido o direito de uso e comercialização de recursos naturais para geração de trabalho e renda, de forma a promover o desenvolvimento sustentável do território.

O manejo florestal para a produção madeireira é a mais importante atividade econômica de uso da floresta realizada pelas comunidades inseridas na Flona do Tapajós. Essa atividade movimenta, aproximadamente, R\$ 4 milhões por ano (ANDRADE *et al.*, 2014) gerando trabalho e renda para a população local. O manejo florestal é gerido e executado pela Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (Coomflona), personalidade jurídica responsável pelo Plano de Manejo Florestal de Uso Múltiplo. A área destinada para essa atividade econômica representa 6%, aproximadamente 35 mil hectares da Floresta Nacional do Tapajós (Figura 1).

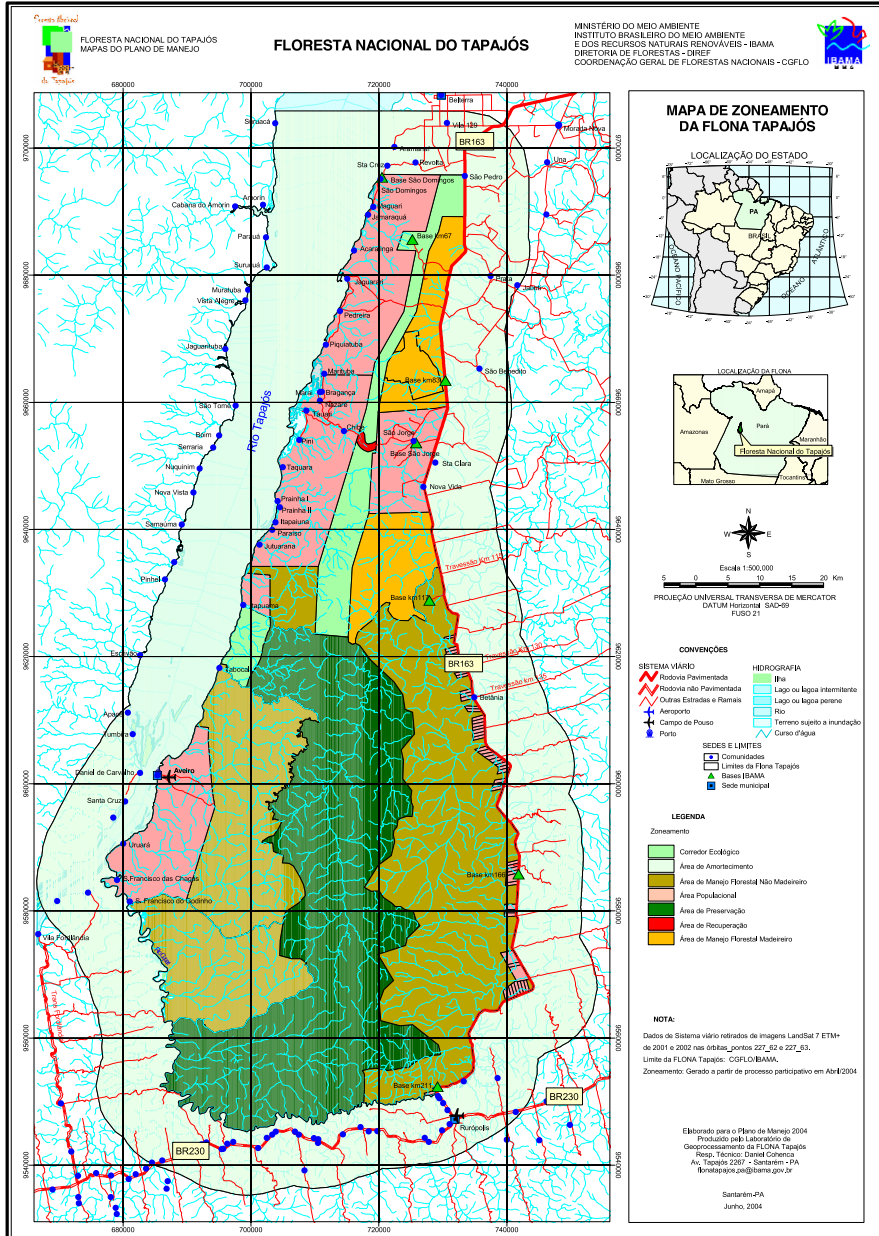
A população da Flona do Tapajós envolvida com a Coomflona é caracterizada como população tradicional (BRASIL, 2007). No total, são mais de 200 cooperados, todos moradores da Flona. Em alguns casos, uma mesma família possui mais de um cooperado. Nem todas as famílias da Flona do Tapajós estão envolvidas diretamente com a cooperativa (membros são cooperados) por diversos motivos, seja por não se identificarem com a estrutura organizacional da mesma, seja por desenvolverem atividades produtivas de cunho individual ou familiar e, ainda, pela própria cooperativa não ter estrutura para absorver mais cooperados. Uma forma de lidar com esse limitante é a criação de fundos estatutários que buscam beneficiar todas as comunidades da Flona. Existem ainda arranjos em que famílias se

organizam enquanto grupos para venderem seus produtos como óleos vegetais e artesanatos para a Coomflona.

As famílias e os cooperados desenvolvem diversas atividades produtivas ao longo do ano, sendo o manejo florestal, especificamente da madeira, é apenas um dos segmentos rurais produtivos que envolve, também, a agricultura de subsistência com força de trabalho familiar. Assim, o calendário produtivo é composto por atividades para produção agrícola de subsistência, extração de produtos florestais não madeireiros, como óleos vegetais, sementes e frutos, madeireiros, pesca artesanal e turismo de base comunitária.

Como a Flona do Tapajós é extensa e possui diversas comunidades, as atividades produtivas mencionadas variam conforme o perfil de cada comunidade. Em algumas comunidades, a atividade madeireira é a mais importante em termos de geração de renda, como a comunidade Pedreira, que possui uma marcenaria para processar resíduos da exploração madeireira e produzir móveis de madeira. Outras têm na extração de óleos, látex e agricultura as principais fontes de renda e sustento. Todavia, se as atividades produtivas das comunidades forem interpretadas a partir do tamanho da propriedade, força de trabalho envolvida, mercado consumidor e renda gerada, podemos caracterizá-las com aproximação teórica da agricultura familiar, embora não as sejam de fato. Podemos caracterizar a estrutura econômica e social das comunidades envolvidas na Flona como de múltiplos fluxos.

Figura 1: Localização da Floresta Nacional do Tapajós e da área de manejo florestal comunitário



Fonte: IBAMA, 2004

Para buscar a compreensão dos processos de parcerias instalados na Flona do Tapajós e consequentes contribuições para o desenvolvimento local, foram realizadas coletas de dados primários por meio de entrevistas semiestruturadas e observação participante no período de outubro de 2014 a março de 2015. Dados secundários também fizeram parte do tratamento e análise de dados como complementação para informações obtidas em campo.

A escolha dessas técnicas de coleta de dados ocorreu em função do método escolhido, o estudo de caso único. Na época em que estudo foi desenvolvido, a Flona do Tapajós possuía a única experiência de manejo madeireiro comunitário bem-sucedida, com geração de receita há, pelo menos, cinco anos consecutivos e, ainda, com participação expressiva de diferentes setores apoiando a atividade.

Os dados primários coletados na investigação foram obtidos, principalmente, por meio de entrevistas semiestruturadas com atores-chave. Para Yin (2005), as entrevistas são as fontes de informações mais importantes para um estudo de caso. A escolha dos entrevistados foi realizada utilizando a técnica de indicação sucessiva de entrevistas com abordagem inicial seletiva, conhecida como *snowball sampling*. Dessa forma, lideranças comunitárias que participaram dos processos iniciais de discussão e formação da cooperativa foram entrevistadas, assim como representantes de instituições governamentais e não governamentais que atuaram ou atuam como parceiros da Coomflona para a implementação do manejo florestal comunitário na Floresta Nacional do Tapajós.

As entrevistas foram embasadas em um roteiro sugestivo orientado para obter, no mínimo, as seguintes informações: i) instituições parceiras que apoiaram ou apoiam a iniciativa de manejo florestal comunitário realizado na Flona do Tapajós; ii) tipos de parcerias; iii) mecanismos e instrumentos para a formação das parcerias; iv) papel das instituições parceiras para a implantação e consolidação do manejo florestal comunitário realizado na Flona do Tapajós; v) possibilidades que as parcerias ofereceram ou oferecem para a consolidação e aprimoramento do manejo florestal comunitário na Flona do Tapajós e, vi) perspectivas de continuação das parcerias.

A experiência do manejo florestal comunitário na Flona do Tapajós: exemplo de uso sustentável da floresta e geração de renda

A Cooperativa Mista da Flona do Tapajós - Coomflona tem sido considerada um caso de referência de manejo florestal comunitário na

Amazônia brasileira por gerar, aproximadamente, quatro milhões de reais de receita bruta por ano (ANDRADE *et al.*, 2014; ESPADA, 2013) e destinar esses recursos financeiros para o benefício de seus cooperados e de todas as comunidades da Flona, mesmo quando os moradores das comunidades não fazem parte da cooperativa.

O destaque dessa iniciativa comunitária também se relaciona à estabilidade da atividade florestal: são nove anos no mercado formal, com aumento progressivo da área explorada, volume de madeira comercializado e receitas financeiras (Tabela 1). Como a Cooperativa se relaciona com o mercado formal e tradicional da madeira e seus princípios não são de necessariamente atuar nas franjas alternativas de mercado, em termos teóricos a Coomflona não atua sob a perspectiva da economia solidária (SINGER, 2013).

Tabela 1: Área manejada (em hectares), produção de madeira em tora (em metros cúbicos) e demonstrativo dos resultados dos exercícios fiscais, no período de 2005 a 2013 do manejo florestal realizado pela Cooperativa Mista da Flona do Tapajós.

Ano	Área explorada (ha)	Volume vendido (m ³)	Receita bruta (R\$)	Despesas (R\$)	Receita líquida (R\$)
2005/06	100	1.544,80	782.207,85	708.746,37	73.461,48
2007	300	3.650,80	1.101.716,07	890.263,82	211.452,25
2008	521	7.843,30	627.302,30	642.142,41	-14.840,11
2009	700	13.421,70	1.844.306,83	1.366.923,28	477.383,55
2010	1000	14.266,90	2.138.026,69	1.971.394,99	166.631,70
2011	1000	15.064,00	3.011.693,42	2.372.811,57	638.881,85
2012	1000	18.894,20	3.537.751,76	3.399.797,36	137.954,40
2013	1000	22.027,94	3.994.158,62	3.384.117,52	610.041,10
TOTAL		96.713,64	17.329.678,54	14.842.971,96	2.486.706,58

Fonte: Adaptado de Andrade *et al.* (2014); Espada, 2013.

Nota. Os valores de área e volume considerados são do período da safra florestal, julho a julho, enquanto os valores de receita bruta, despesas e receita líquida, são do ano contábil, de primeiro de janeiro a 31 de dezembro.

O desenvolvimento e a permanência da parceria na gestão do manejo florestal na Flona do Tapajós originaram-se a partir da formação de uma rede articulada de organizações governamentais e não governamentais, embora a motivação principal tenha partido dos

próprios moradores, que reivindicaram seus direitos de uso da floresta, com o apoio do ProManejo.

“Para enraizar o processo, nós fazíamos esse questionamento [...] dos meios de produção que nós, da Flona, tínhamos. E é interessante frisar que, como 2000 tinha acabado de sair a lei do SNUC, possivelmente, naquele momento, embasado na lei e em toda a discussão acumulada, e também com a vinda do ProManejo, discutindo todos os projetos produtivos na Flona, nos fortaleceu [em] buscar uma alternativa mais direcionada ao principal produto da Flona, que é a madeira” (Representante da Coomflona).

O contexto político e econômico de reivindicações para apropriação e uso dos recursos florestais pelos moradores da Flona do Tapajós relaciona-se à criação dessa Unidade de Conservação, autoritária e que não reconhecia a presença humana em seus limites, fazendo com que as comunidades fossem submetidas a uma série de impedimentos que afetavam seu próprio sustento (SOARES, 2004).

Posteriormente, a mobilização e articulação das comunidades com outras organizações locais, a exemplo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, ganharam força e espaço na discussão sobre os direitos das comunidades sobre os recursos florestais (SOARES, 2004). Na década de 1990, o Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia Brasileira - ProManejo possibilitou novas frentes de atuação na Flona do Tapajós, como o apoio ao manejo florestal madeireiro de grande escala realizado por comunidades.

A história de criação da Coomflona remete-se ao período de atuação do ProManejo. Todavia, a estruturação e consolidação da cooperativa se devem, também, a outras organizações que passaram a apoiar a iniciativa comunitária e que, atualmente, estão entre seus principais parceiros, como o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), conforme observação realizada durante levantamento dos dados empíricos.

Na fase de estruturação da cooperativa após o ProManejo, a partir de 2007, a pesquisa de campo mostrou que o apoio do SFB e IEB, por meio do projeto Floresta em Pé (FEP), com capacitações e discussões sobre a formatação da gestão administrativa e financeira da

cooperativa foi essencial no processo de consolidação da gestão social e estratégica da Coomflona.

Conforme levantamento de campo, uma das decisões que considerou as recomendações dos parceiros estava relacionada à divisão dos recursos financeiros provenientes da venda da madeira. Por se tratar de um recurso natural público, de uso comum dos moradores da Flona do Tapajós, o dinheiro não poderia beneficiar apenas os cooperados. O dilema relacionava-se também em como promover melhoria na qualidade de vida de todas as famílias da Flona, uma vez que o manejo madeireiro não suporta, operacionalmente, envolver todos os moradores da UC.

O grupo composto pelas instituições parceiras da Coomflona e por seus cooperados conduziu o debate para um formato de gestão financeira que permitisse o investimento em todas as comunidades da Flona do Tapajós, de forma a propiciar melhoria da qualidade de vida da população local. As discussões foram extensas e colocaram em prática elementos estruturantes da governança ambiental, como participação dos atores envolvidos nas assembleias da cooperativa e em outros momentos de debate.

Segundo Pandeff e Silva (2009), o sucesso de ações relacionadas à conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida das pessoas pode ser potencializado a partir do envolvimento de atores locais na formulação das regras. Conforme levantamento de campo, no caso do manejo florestal realizado na Flona do Tapajós, todo o processo, desde a concepção da cooperativa até a decisão de divisão das receitas financeiras, envolveu os moradores locais, cooperados e não cooperados, órgão gestor da Unidade de Conservação e instituições que apoiavam a iniciativa.

Com isso, a presença das instituições parceiras, compondo uma espécie de comitê de aconselhamento, permitiu a construção de um modelo sólido de gestão dos recursos florestais públicos por comunidade que é amplamente disseminado na Amazônia (DÁRLISON *et al.*, 2004). O caminho encontrado foi a criação de diferentes fundos (Quadro 1) que pudessem beneficiar todas as comunidades da Flona do Tapajós.

Quadro 1: Distribuição dos benefícios financeiros da venda da madeira, conforme normas estatutárias, aprovadas em assembleia geral da Cooperativa Mista da Flona do Tapajós.

Fundos estatutários	%	Breve descrição dos fundos
Fundo de Investimento	45	Capital de giro (custeia as atividades referentes à exploração florestal).
Fundo dos Cooperados	20	Destinado aos cooperados que executam a atividade, inclui plano de saúde e outros benefícios e pode ser, dependendo da situação financeira da cooperativa, reintegrado no patrimônio da Coomflona, após decisão em assembleia.
Fundo de Apoio Comunitário	15	Destinado a novas atividades econômicas e pode ser acessado pelas comunidades, mediante projeto de interesse coletivo, após aprovação da cooperativa.
Fundo Reserva	10	Poupança da cooperativa para investimentos futuros ou utilização no caso de falência da iniciativa.
Fundo de Saúde	5	Destinado a todas as comunidades, é utilizado para melhorar as condições de acesso à saúde e bem-estar social.
RATES (Reserva de Assistência Técnica e Educacional e Social)	5	Fundo para capacitação, treinamento e formação de profissionais relacionados ao manejo florestal.

Fonte: ESPADA (2013).

Esse modelo permite a geração de postos de trabalhos, formação profissionalizante dos cooperados (Fundo RATES), investimentos na ampliação do próprio negócio, geração de renda e consciência da importância da floresta para as comunidades da Flona do Tapajós. Segundo um dos entrevistados, o manejo florestal permite mais segurança ambiental ao gerar postos de trabalhos, diminuindo, assim, a necessidade de corte de madeira ilegal pelos moradores e abertura de pastos na Unidade de Conservação.

“Nós conseguimos reduzir o desmatamento na Flona [...] porque o pessoal tá ocupado com o manejo florestal [...], as pessoas que são manejadores hoje, criavam muito gado e roça e não fazem mais, porque conscientizam sobre isso, porque o manejo florestal gera mais receita que o gado que criava e menos dor de cabeça para ele; o desmatamento na Flona a gente consegue ser fiscal do ICMBio, o ICMBio consegue atuar [de forma] mais eficiente” (Representante da Coomflona).

As informações obtidas na pesquisa de campo mostram que os principais itens de inovação do modelo construído pela Coomflona e instituições parceiras são os fundos financeiros destinados para a qualificação profissional dos cooperados (Fundo RATES) e para o investimento à diversificação de atividades produtivas sustentáveis, como a comercialização e beneficiamento da borracha natural (*Hevea brasiliensis*), óleo de copaíba (*Copaifera* sp.) e andiroba (*Carapa guianensis*), além da produção de móveis de madeira.

O Fundo RATES possibilita a formação de moradores locais em cursos técnicos e de graduação, ao dar o suporte financeiro para a realização dos cursos. A cooperativa conta com um técnico de segurança do trabalho e dois técnicos florestais que receberam esse apoio e atualmente apoia dois cooperados: um que cursa contabilidade e outro que estuda engenharia florestal.

Mesmo com os avanços na gestão administrativa e financeira da Coomflona, o apoio ao manejo florestal comunitário da Flona do Tapajós permaneceu a partir de novos parceiros. A dinâmica dos acontecimentos, conquistas e avanços no desenvolvimento da atividade permitiu, de fato, a mudança no cenário das parcerias. Elas se deram em conformidade com as necessidades de cada momento. Por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém foi mais atuante na época da discussão fundiária, quando os moradores da Flona reivindicavam seus direitos de uso dos recursos florestais (SOARES, 2004). Passado esse período, novas demandas surgiram e, com isso, novos atores passaram a compor o quadro de parceiros.

O entendimento de que os cooperados tinham limitações quanto ao conhecimento técnico do manejo florestal, a gestão permitiu a mitigação dessa fragilidade na busca de instituições que pudessem suprir a lacuna. O diferencial do manejo florestal na Flona do Tapajós relaciona-se com a capacidade dos cooperados em buscar parcerias e fortalecer o capital social, associado às relações de confiança (ABRAMOVAY, 2000), sem as quais, dificilmente a iniciativa teria avançado nas questões técnicas e operacionais do manejo florestal.

“Acho que um dos pontos principais desse negócio ter dado certo, não foi necessariamente esse apoio que eles tiveram, claro que contribuiu, mas a capacidade de buscar os atores, de buscar essas parcerias [...] além da honestidade e seriedade deles” (Representante de instituição governamental parceira da Coomflona).

Com essa atuação nos últimos seis anos, a Coomflona conseguiu estabelecer uma rede de cooperação formada por diversas parcerias que entendem o manejo florestal como uma ferramenta de conservação ambiental e de melhoria da qualidade de vida de pessoas que vivem em ecossistemas florestais. Com a formação da rede de parceiros e fortalecimento do capital social, novas bases puderam ser criadas para o desenvolvimento sustentável na Flona.

Atualmente, os principais parceiros da cooperativa são o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e Instituto Floresta Tropical (IFT).

As relações entre Coomflona e as principais organizações listadas são consideradas parcerias porque possuem relações de apoio mútuo. Para todos os entrevistados, a parceria se caracteriza quando ambas partes se beneficiam.

“Ela [parceria] se estabelece mediante algumas condições que beneficiam ambos. Ela traz benefícios para todos os envolvidos” (Representante de instituição governamental parceira da Coomflona).

“Parceiro é aquele está junto na dificuldade, igual casamento, na tristeza e na alegria. É aquele que ajuda e é ajudado. Está lado a lado nas horas difíceis e sempre dá um jeito de contribuir” (Representante da Coomflona).

A parceria se apresenta como uma importante dimensão da governança ambiental (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008), considerando que, dentre os principais parceiros, estão órgãos governamentais de gestão de florestas públicas, ICMBio e SFB. Somado a isso, nessas relações de apoio mútuo, podem ser fortalecidas as relações de confiança entre os atores (ABRAMOVAY, 2000) e a reciprocidade nas ações, de forma a alcançar o objetivo comum, relacionado à melhoria da qualidade de vida da população local a partir do uso racional dos recursos naturais (PANDEFF; SILVA, 2009).

Assim, na parceria Coomflona e UFOPA, a cooperativa beneficia a universidade ao permitir a visita de seus alunos do curso de engenharia florestal em visitas técnicas, possibilitando a vivências desses alunos em situações reais de manejo florestal. Segundo um dos entrevistados, a experiência de campo proporcionada pela Coomflona é

ímpar no processo de aprendizagem desses novos profissionais, pois a universidade não conta com áreas experimentais, sendo a da Coomflona a mais próxima. Em contrapartida, a UFOPA oferece cursos de capacitações em manejo florestal e realiza estudos científicos e técnicos. Por exemplo, análise do potencial florestal em novas áreas da Flona do Tapajós para a expansão do manejo florestal. Com isso, também é estabelecida uma parceria com o ICMBio, gestor da UC, que apoia a Coomflona e conta com informações como essas para fazer a gestão da área. Essas parcerias formadas no entorno do manejo florestal na Flona do Tapajós possuem um objetivo comum a ser alcançado que congrega interesses individuais dos atores, mas que atingem, coletivamente, finalidade maior.

O SFB e IEB promovem ações de capacitação para a gestão do empreendimento florestal comunitário. Com o apoio direto do IEB, a Coomflona conseguiu certificar sua área de manejo florestal com o selo FSC® (*Forest Stewardship Council*) e, com isso, espera alcançar novos mercados. O IEB e SFB se beneficiam com a imagem institucional por apoiarem uma iniciativa comunitária de sucesso e ao divulgar o modelo de manejo florestal comunitário, realizando intercâmbios com outras iniciativas comunitárias na Amazônia.

O IFT apoia a cooperativa com a cessão de duas máquinas florestais (*skidder* e trator de esteira) e treinamentos em técnicas de manejo florestal. Esse apoio possibilita diminuição nos custos relacionados à exploração florestal e, como contrapartida, o IFT também se beneficia com a imagem institucional e possibilidade de realizar intercâmbios na área de manejo florestal da Coomflona.

O IBAMA é o órgão licenciador do manejo florestal na Flona do Tapajós. Os entrevistados o consideram como parceiro devido à abertura de diálogo dos técnicos da Gerência Executiva do IBAMA, em Santarém. Em área historicamente marcada por uma estrutura hierárquica entre agentes do governo e comunidades (SOARES, 2004), a permissão ao diálogo pode ser considerada uma parceria, visto que o benefício que a Coomflona oferece é a transparência e seriedade de suas atividades, tendo em vista que o setor madeireiro na Amazônia possui muitas irregularidades e ilegalidades (PEREIRA *et al.*, 2010).

O ICMBio também é considerado parceiro da Coomflona, mesmo sendo o gestor da UC e assumir a condição de fiscalizar e punir ações irregulares na Flona. A parceria ocorre justamente porque o papel da Coomflona é o de promover um dos objetivos básicos de criação de florestas nacionais, “uso múltiplo sustentável dos recursos florestais” (BRASIL, 2000). Assim, o ICMBio é o principal incentivador do manejo florestal realizado pela Coomflona. O órgão também se

beneficia com a imagem institucional de possuir em sua área a principal referência de manejo florestal comunitário da Amazônia.

Nessa relação, a Coomflona responde à parceria desempenhando papel colaborativo na gestão da Floresta Nacional do Tapajós. A cooperativa apoia o ICMBio na construção de bases de monitoramento - bases de apoio ao turismo, pesquisa e proteção da UC - e, em ações de fiscalização e valorização dos recursos naturais da Unidade (DÁRLISON *et al.*, 2014). O fato de o manejo florestal dar bons resultados que busca beneficiar todos os moradores da UC pode fazer com que a floresta seja mais valorizada pelos moradores que, conseqüentemente, buscarão impedir ações destrutivas na Flona. Com isso, o ICMBio ganha eficiência e efetividade de suas ações de combate ao desmatamento e degradação florestal.

Embora os principais parceiros estejam favorecendo a estabilidade e o sucesso da iniciativa de manejo florestal comunitário na Flona do Tapajós, algumas relações oferecem riscos para a sustentabilidade da iniciativa, gerando conflitos observados durante a pesquisa de campo. Por exemplo, a Coomflona possuía, no período da pesquisa, apenas um parceiro comercial que vinha, sucessivamente nos últimos três anos, comprando a madeira em tora. A cooperativa buscou, com o apoio dos principais parceiros, diminuir o monopólio da empresa na compra do produto e, com isso, ampliar o número de compradores e aumentar o valor do produto. Uma das medidas adotadas foi a busca pela certificação florestal, conseguida em 2013; a outra, a realização de pregões presenciais. Mesmo com essas tentativas, a empresa compradora se manteve a mesma, por ser forte no mercado regional, exportar madeira para outros países, e possuir capital necessário para a compra da madeira nas condições apresentadas pela cooperativa, como antecipação de parte do recurso financeiro na assinatura do contrato de compra e venda.

Essa situação também gerou tensão entre membros da cooperativa e o órgão federal que gerencia a floresta nacional. Na medida em que a Coomflona não conseguia ampliar seus parceiros comerciais com a certificação florestal e pregões presenciais, o ICMBio passou a buscar outras formas, como a venda direta negociada com intermediários. Essa interferência gerou conflitos entre cooperados e órgão público, uma vez que este último assumiu um papel que não era atribuído a ele. Esse tipo de conflito pode desestabilizar a sustentabilidade da iniciativa e uma forma de evitá-lo é discutindo, de forma ampla, participativa e transparente, o papel de cada ator social no processo como um todo. A partir do momento em que cada parceiro compreende os papéis de cada ator e seus limites de atuação, é

possível monitorar as relações e evitar conflitos de sobreposição de responsabilidades e poder sobre alguma tomada de decisão e consequente ação.

Mesmo diante dos desafios postos na gestão do bem comum que envolve diferentes atores sociais, as parcerias formadas para o manejo florestal na Floresta Nacional do Tapajós contribuem para que essa atividade se estabeleça como uma opção sustentável de uso dos recursos naturais e geração de trabalho e renda em territórios de uso comum de seus recursos naturais, como as Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Entretanto, carece de compreender quais são os ganhos sociais e econômicos provenientes dos fundos estatutários da Coomflona e se, realmente, todas as famílias se beneficiam deles.

Conclusão

O debate da parceria como dimensão da governança ambiental é de fundamental importância na compreensão da gestão do manejo de florestas públicas na Amazônia, uma vez que promove o encontro de diferentes atores sociais que representam uma grande diversidade sociocultural. Acredita-se que as ações e interações empreendidas no território em estudo constituem uma teia de conexões entre representantes do governo, da sociedade civil organizada e produtores florestais, tais como cooperados e moradores da Flona. De fato, as ações de parceria empreendidas representam uma possibilidade e uma oportunidade nas conexões entre atores sociais oriundos de diversos setores do Estado, mercado e OSC, os quais assumem o papel de entes principais como canais democráticos no âmbito local.

Nesse sentido, considera-se que a parceria se apresenta como uma importante dimensão da governança ambiental para se atingir a gestão apropriada dos recursos naturais na Amazônia. O caso do manejo florestal comunitário em curso na Floresta Nacional do Tapajós revela que as parcerias contribuem para a formação da gestão coletiva dos recursos florestais que se mostra eficiente e qualificada, uma vez que foi desenvolvida por um coletivo formado por diferentes setores da sociedade.

O processo instalado nesse território, a partir da vontade de desenvolver atividades sustentáveis, busca beneficiar diversas famílias, por meio da geração de trabalho e renda das populações que vivem em ambientes florestais, como as Unidades de Conservação da Natureza.

As ações de parcerias realizadas podem ser consideradas como parte de um processo de governança ambiental para o

desenvolvimento local e sustentável da Unidade de Conservação, devido à formação de uma rede de parceiros que, embora possuam interesses individuais, os objetivos finalísticos são comuns e conseguem atingir coletivamente a partir da cooperação.

Embora não existam estudos sobre os impactos socioeconômicos do manejo florestal nas comunidades da Flona do Tapajós, constata-se, a partir das entrevistas, que a atividade gera benefícios coletivos ao financiar outras atividades econômicas locais, seguindo alguns preceitos da econômica solidária e ao investir na educação profissionalizante dos cooperados.

O apoio do Fundo RATES - Fundo de Assistência Técnica e Educacional e Social aos cooperados revela, também, que populações rurais e tradicionais, como ribeirinhos e indígenas, podem buscar o aperfeiçoamento técnico e profissional, aprimorando, cada vez mais, a qualidade das atividades produtivas desenvolvidas em suas comunidades.

O modelo de gestão do manejo florestal da Coomflona é referência nacional e internacional de manejo florestal comunitário, sendo fruto da atuação de uma rede de parceiros que promovem cada um com sua expertise, as bases para o desenvolvimento local e sustentável na região oeste do Pará, Amazônia.

Referências

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun., 2000.

AMARAL NETO *et al.* A expansão do manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira: oportunidades e limites. In: BENSUSAN, N. e ARMSTRONG, G. (Org.) **O manejo da paisagem e a paisagem do manejo**. Brasília: IEB, 2008, p. 231-245.

AMARAL NETO, M.; CARNEIRO, M. S.; MIRANDA, K. F. **Análise de acordos entre empresa e comunidades para a exploração de madeira em assentamentos rurais na região da BR163 e entorno, no Estado do Pará**. Belém: IEB, 2011.

ANDRADE, D. F. C. *et al.* Manejo florestal comunitário como estratégia de gestão e melhoria da qualidade de vida da população tradicional da Floresta Nacional do Tapajós. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS, 3, 2014. Viçosa, Minas Gerais. **Anais [do] III Simpósio Nacional de Áreas Protegidas**, 28 a 30 de maio

de 2014, Viçosa, MG; Organizadores Gumercindo Souza Lima ... [et al.]. UFV, DEF, 2014. 499 p.

BRASIL. Lei nº 73.684 de 19 de fevereiro de 1974. Cria a Floresta Nacional do Tapajós, e dá outras providências. Brasília, DF: 19 fev. 1974. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/flona_tapajos.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: 18 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 25 mar. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, dentre outros. Brasília, DF: 02 mar. 2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111284.htm>. Acesso em: 25 fev. 2014.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: 7 fev. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 25 mar. 2013.

BRASIL. Decreto nº 6.874, de 5 de junho de 2009. Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF, e dá outras providências. Brasília, DF: 5 jun. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6874.htm>. Acesso em: 25 mar. 2013.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em tese**, v. 2, n. 1, p.68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2014.

CATTANI, A. D. E FERRARINI, A. V. Participação, desenvolvimento local e política pública: estratégias articuladas para a superação da pobreza. **Revista Katálysis**, v. 13 n. 2, p. 164-172, jul./dez. 2010.

CAVALCANTI, C. Economia e Ecologia: Problemas da Governança Ambiental no Brasil. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 1, p. 1-10, 2004.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução n. 406, de 2 de fevereiro de 2009. Estabelece parâmetros técnicos a serem adotados na elaboração, apresentação, avaliação técnica e execução de Plano de Manejo Florestal Sustentável-PMFS com fins madeireiros, para florestas nativas e suas formas de sucessão no bioma Amazônia. Brasília, DF: 2 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=597>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

DE CAMINO, R. Estado Actual del Manejo Forestal Comunitario y sus Perspectivas, en la Biosfera Maya, Petén, Guatemala. **Memorias del Taller Regional, Manejo Forestal Comunitario y Certificación en América Latina**. Bolivia: GTF, GTZ e WWF, 2002.

DUDLEY, N (ed.). Directrices para la aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas. Grand, Suiza: UICN, 2008.

ESPADA, A. L. V. Contribuição da governança ambiental no desenvolvimento local: exemplo de uma cooperativa de manejo florestal comunitário. In: IV Colóquio Organizações, Desenvolvimento & Sustentabilidade, 4, 2013, Belém. **Resumos...** Belém: Unama, 2013. p. 294-308.

FANTINI, A. C.; CRISÓSTOMO, C. F. Conflitos de interesses em torno da exploração madeireira na Reserva Extrativista Chico Mendes, Acre, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, Belém, v. 4, n. 2, p. 231-246, maio-ago. 2009.

FONSECA, I. F.; BURSZTYN, M. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 17-46, jan./abr., 2009.

IBAMA. Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós. Brasília, DF: 2004.

ICMBIO. Instrução Normativa nº 16, de 4 de agosto de 2011. Regula as diretrizes e os procedimentos administrativos para a aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável comunitário para exploração de recursos madeireiros em Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional. Brasília, DF: 4 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in162011.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

JONG, W. *et al.* Antecedentes, realidad y oportunidades del manejo forestal comunitario en América Latina. In: SABOGAL, C. *et al.* (Ed.).

Manejo forestal comunitario en América Latina: Experiencias, lecciones aprendidas y retos para el futuro. Bogor: CIFOR, 2008, p. 35-66.

KELLER, M., *et al.* A sustentabilidade da exploração seletiva de madeira nas florestas da Amazônia brasileira: os balanços de carbono e o sensoriamento remoto como ferramentas para avaliar os efeitos da exploração madeireira. In: ZARIN, D. J., *et al.* (Org.). **As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?** Brasília: IEB, 2005, p. 67-94.

KOURY, G.; RIZZO, E. Gestão participativa no Amazonas: a experiência na RDS Uatumã. In: Fundo Vale (Org.). **Áreas Protegidas.** Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012, p. 68-75.

LENTINI, M.; AMORIM, P.; ESPADA, A. L. V. O manejo florestal para a produção de madeira em unidades de conservação. In: Fundo Vale (Org.). **Áreas Protegidas.** Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012, p. 133-137.

MEDINA, G.; POKORNY, B. Manejo Florestal por Comunidades da Amazônia: há Espaço para Perspectivas Locais? In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 13, 2007, Recife. **Resumos...** Recife, 2007.

MEDINA, G.; POKORNY, B. Avaliação Financeira do Manejo Florestal Comunitário. **Novos Cadernos NAEA**, v. 14, n. 2, p. 25-36, dez. 2011.

MEDINA, G. Governança local para o manejo florestal na Amazônia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 78, p.67-79, fev. 2012.

MEDINA, G.; POKORNY, B. **Avaliação financeira do manejo florestal comunitário.** Goiânia: Kelps, 2014.

MERTENS, F. *et al.* Redes sociais, capital social e governança ambiental no Território Portal da Amazônia. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 41 n. 4, p. 481-492. 2011.

MILANO, M. S. Conceitos, histórico, políticas e formas de gestão. In: Fundo Vale (Org.). **Áreas Protegidas.** Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012, p. 16-28.

PANDEFF, P. A.; SILVA, J. G. Gestão ambiental aplicada à exploração sustentável de recursos naturais em unidades de conservação. In: V Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 5, 2009, Rio de Janeiro. **Resumos...** Rio de Janeiro, 2009. p. 1-24.

PEREIRA, D., *et. al.* **Fatos Florestais da Amazônia 2010.** Belém: Imazon, 2010.

PINTO, A.; AMARAL, P.; AMARAL, M. **Iniciativas de manejo florestal comunitário e familiar na Amazônia brasileira 2009/2010**. Belém: Imazon; IEB / Brasília, DF: GIZ; SFB, 2011.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SCHMINK, M. Comunidades, Florestas, Mercados e Conservação. In: ZARIN, D. J., *et al.* (Org.). **As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?** Brasília: IEB. 2005, p. 161-174.

SCHULZE, M., GROGAN, J., VIDAL, E. O manejo florestal como estratégia de conservação e desenvolvimento socioeconômico na Amazônia: quanto separa os sistemas de exploração madeireira atuais do conceito de manejo florestal sustentável? In: BENSUSAN, N. E ARMSTRONG, G. (Org.) **O manejo da paisagem e a paisagem do manejo**. Brasília: IEB. 2008, p. 157-213.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

SOARES, E. S. (Org.) **Desafios, Resultados, Ameaças e Oportunidades em uma Unidade de Conservação na Amazônia: "A Floresta Nacional do Tapajós"**. Santarém: IBAMA-ProManejo, 2004.

SOUZA, M. L. M.; VASCONCELLOS, S. M. Ambiente político-institucional e desempenho de cooperativas no contexto local: uma análise de dois casos da Amazônia paraense. In: VASCONCELLOS, M.; FARIAS, A. L. A.; LOPES, O. C.; MENDES, R. L. R. **Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local**. Belém: NUMA/UFPA, 2012, p. 173-204. (Estudos do Numa, 14).

TAPIA, J. R. B. Desenvolvimento Local, Concertação Social e Governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 132-139, 2005.

VASCONCELLOS, A. M. A State-Sponsored Socio-Environmental: the Proambiente Programme, Amazonia, Brazil. Swansea-UK, 2008. Tese de doutorado.

VASCONCELLOS, M.; VASCONCELLOS, A. M. A. Ação Coletiva, Parceria e Empoderamento. In: TYEISSERENC, P. *et al.* (Org.). **Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008, p. 207-230.

VERÍSSIMO, A., BARRETO, P. Florestas Nacionais na Amazônia brasileira: oportunidades e desafios. In: ZARIN, D. J., *et al.* (Org.). **As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?** Brasília: IEB, 2005, p. 55-66.

VERÍSSIMO, A., *et al.* **Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios** Belém/São Paulo: Imazon e ISA, 2011.

ZARIN, D. J. Florestas produtivas neotropicais: conceitos e realidades. In: ZARIN, D. J., *et al.* (Org.). **As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?** Brasília: IEB, 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman 2005.